

Discurso de Tomada de Posse do Presidente da CCDRC

(Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro)

Prof. Alfredo Marques

5 de Setembro de 2005, Coimbra

Senhor Ministro

Senhores Secretários de Estado

Senhores Presidentes das Autarquias Locais

Senhores Membros do Conselho Regional

Senhores Governadores Cívicos

Restantes Autoridades

Caros Vice-Presidentes e caros colaboradores da CCDR

Minhas Senhoras e meus Senhores

Como natural desta região e tendo exercido sobretudo aqui a minha actividade profissional até agora, é com orgulho que assumo as funções de presidente desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Mas é também com humildade que o faço, pois tenho consciência das responsabilidades que estas funções trazem consigo e dos obstáculos e dificuldades que se encontram no caminho.

Vejo, contudo, nas tarefas que me esperam, a mim, aos vice-presidentes e a todos os colaboradores desta CCDR, incentivo suficiente para enfrentar essas dificuldades e obstáculos, pois são tarefas essenciais à região e ao país e, como tal, irrecusáveis e estimulantes em si mesmas.

A Região Centro encontra-se hoje numa situação económica e social pouco confortável, pois, no período que se seguiu à adesão do país à Comunidade Europeia, após uma fase de um crescimento económico significativo que lhe garantiu convergência no contexto nacional e no contexto comunitário,

deixou de convergir com a União desde a segunda metade dos anos 90 (quando o país no seu todo continuava ainda a aproximar-se da média europeia) e abrandou o seu ritmo de convergência no contexto nacional. O PIB/habitante da região encontra-se, assim, actualmente ainda muito afastado da média da União e a uma distância gigantesca do nível de rendimento das regiões mais desenvolvidas. Este fraco desempenho não é, obviamente, em termos globais, fruto de vicissitudes conjunturais, mas sim o resultado de factores estruturais profundos, inerentes quer ao país no seu todo, quer à região em particular, que condicionam o desenvolvimento a longo prazo.

A estagnação económica, ou um fraco crescimento continuado, não são, contudo, uma fatalidade a que tenhamos que nos resignar. Não há nenhuma lei, na Europa ou no mundo, que determine à partida os países e as regiões que devem desenvolver-se mais e os que devem desenvolver-se menos ou estagnar. Tudo depende dos recursos existentes e das capacidades humanas para os mobilizar e aplicar eficientemente.

A Região Centro não é seguramente das regiões mais bem dotadas em recursos na Europa. Tem, contudo, condições e potencialidades, quer no plano dos recursos físicos, quer no que respeita aos recursos humanos, para fazer muito melhor do que tem feito. Está nas mãos dos seus agentes económicos, dos seus agentes políticos e de todas as suas forças vivas organizar e fazer frutificar esses recursos, de modo a permitir à região subir para níveis superiores de desenvolvimento e bem-estar.

A melhor prova de que a região pode fazer melhor, no seu todo, reside no facto de que nela se encontram alguns dos pólos de competitividade mais dinâmicos do país, que constituem referências a nível internacional, a par

de vastas zonas deprimidas. Mas mesmo em certas zonas deprimidas encontram-se empresas isoladas com sucesso a nível nacional e internacional, assim como iniciativas ou experiências locais de relevo no campo não económico. Por outro lado, como o demonstram certos indicadores, a Região Centro é uma das regiões do país com maior apetência para a inovação. Há, por isso, sem dúvida, condições para um melhor desempenho global e para a melhoria das condições de vida.

As políticas públicas podem, sem dúvida, dar um contributo importante para o desenvolvimento económico. No que respeita àquelas que passam pelas CCDR, cabe destacar, neste momento, a oportunidade que a região vai ter de dispor de uma nova geração de políticas estruturais co-financiadas pelos Fundos Estruturais da União, no período de 2007-2013. É claro que há ainda que saber aproveitar com critério os recursos financeiros que restam no actual Quadro Comunitário de Apoio. É, contudo, este o momento para pensar e preparar as intervenções públicas para o próximo período.

A este respeito, não posso deixar de referir neste acto uma das inquietações que trago de há vários anos a esta parte como observador destas políticas, e também como praticante que, embora modesto, não deixa de fazer a sua própria auto-crítica. Não há qualquer dúvida de que, com a ajuda dos Fundos Estruturais, se fizeram no país realizações, de vários tipos, que seriam impensáveis sem essas ajudas. Julgo mesmo adequado dizer que só passámos a ter uma política estrutural (e, portanto, também, uma política regional) dignas desses nomes após à adesão à Comunidade, e graças a tal assistência. Resta, contudo, saber se fizemos sempre, verdadeiramente, aquilo que mais nos convinha fazer com esses recursos financeiros ou se não nos deixámos em parte distrair pela facilidade com que se tornou

possível financiar os investimentos, esquecendo-nos de fazer a avaliação dos seus custos e benefícios, não apenas aquela a que as regras europeias nos obrigam (porque essa, evidentemente, é incontornável), mas aquela que deveria corresponder a uma verdadeira preferência nacional ou regional.

Pela minha parte, estou convencido de que, a par dessas boas ou excelentes realizações - de que podemos orgulhar-nos - tem também havido alguma passividade e falta de originalidade na aplicação destes recursos. Vangloriámo-nos, durante algum tempo, de sermos um bom (ou mesmo, o melhor) aluno da escola europeia. Ora, o bom aluno, seja nesta escola ou noutra qualquer, não é aquele que se limita a assimilar acriticamente o que o professor lhe ensinou, mas sim aquele que faz leituras adicionais e que consegue ter um pensamento próprio. Sucede, para pouca sorte nossa (mas há um problema em depender da sorte) que os ensinamentos que nos têm sido transmitidos sob a forma de orientações para a aplicação dos Fundos Estruturais se têm, por vezes, revelados muito desactualizadas em relação àquilo que são, em cada momento, as políticas estruturais mais avançadas, quer na Europa (nos países que não dependem dos Fundos Estruturais), quer noutras partes do mundo. Temos, assim, por vezes, continuado a fazer mais do mesmo onde deveria haver acções inovadoras.

Assume-se agora, a nível da União, que devem existir novas prioridades para a política regional (portanto, novas prioridades para as regiões mais atrasadas) no próximo período de intervenção dos Fundos Estruturais e que estas devem ser, no essencial, as mesmas que a União recomenda aos Estados-Membros para as regiões mais ricas. Não sejamos, por isso, menos ambiciosos do que aquilo a que nos convida esta nova filosofia e preparemos a nossa política regional neste patamar de exigência. Aproveitemos também para imprimir um cunho próprio a esta política,

dentro, naturalmente, das possibilidades oferecidas pelas regras europeias, mas que são sempre muito mais vastas do que aquilo que se tem tendência a pensar. É este o desafio que queria deixar a todos os agentes da região, sendo certo que só com a participação de todos, sem excepção (agentes públicos, privados, ou de outra natureza), será possível enfrentar as dificuldades, ultrapassar os obstáculos e acelerar o processo de desenvolvimento.

A minha motivação pessoal ao aceitar estas funções é - e é apenas - a de procurar dar um pequeno contributo para esta obra colectiva e para todas as tarefas que cabe a esta Comissão levar a cabo. Agradeço ao Governo a confiança que em mim depositou para esta missão e a confiança nas escolhas que fez para a composição do resto da equipa. É um agradecimento pela oportunidade que me é dada (que nos é dada) de servir a região e o país. É um privilégio e uma recompensa em si mesma.

Muito obrigado.

Coimbra, 5 de Setembro de 2005